

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.460.600 - RJ (2019/0059453-8)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**
ADVOGADO : **LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA - MG111202**
AGRAVADO : **ADEIR SILVA DE OLIVEIRA**
AGRAVADO : **DILSON FERREIRA TEMPONI**
AGRAVADO : **FATIMA ZUQUI**
AGRAVADO : **EULALIA PEREIRA DO AMARAL**
AGRAVADO : **ELIAS LELIS DA CONCEIÇÃO**
AGRAVADO : **ELENIR VIAL MOREIRA**
AGRAVADO : **EDINALDO HENRIQUE DA SILVA**
AGRAVADO : **DJANIR ZUCOLOTTI**
AGRAVADO : **CARLOS DOS SANTOS LIMA**
AGRAVADO : **AURORA RAMOS LIMA BONATTI**
AGRAVADO : **ANTONIO CARLOS DE ASSIS**
AGRAVADO : **ANDREZA ALVES FERREIRA**
AGRAVADO : **ANA MARIA MERLO**
AGRAVADO : **ANA MARIA MADALENA DA SILVA**
ADVOGADOS : **ALBA SOARES DE AGUIAR - ES004241**
: **MILA VALLADO FRAGA - ES017211**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). PEDIDO DE SOBRESTAMENTO DO FEITO. NÃO CABIMENTO. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE DECLINOU DE COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA ESTADUAL. MITIGAÇÃO DA TAXATIVIDADE DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015. MATÉRIA JULGADA SOB A SISTEMÁTICA DE RECURSO REPETITIVO. TEMA 988/STJ. MODULAÇÃO DE EFEITOS. INAPLICABILIDADE AO CASO.

AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fundado na alínea "a" do artigo 105, III, da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2.^a Região assim ementado:

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE CONVERTEU O PROCEDIMENTO PARA O RITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. NÃO CONHECIMENTO. ART. 1.015 DO CPC. ROL TAXATIVO. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS APTOS A ALTERAR O DECISUM. DESPROVIMENTO.

I - Agravo Interno contra decisão que não conheceu o Agravo de Instrumento, sob o fundamento de que a decisão originariamente agravada não se subsume às hipóteses previstas no rol taxativo do art. 1.015 do CPC.

II - Doutrina e jurisprudência entendem pela taxatividade das hipóteses de cabimento do Agravo de Instrumento, o qual é cabível nas hipóteses expressamente previstas no parágrafo único e incisos do art. 1.015 do CPC, e em 'outros casos expressamente referidos em lei', conforme previsão do inciso XIII do mesmo artigo.

III - In casu, a decisão proferida pelo Juízo a quo, objeto do Agravo de Instrumento, que converteu o procedimento para o rito dos juizados especiais federais, em razão do valor da causa relacionado a cada litisconsorte ativo facultativo ser menor que sessenta salários mínimos, não está inserida nas hipóteses de cabimento de Agravo de Instrumento constantes do rol do art.1015 do CPC.

IV - Agravo Interno desprovido." (e-STJ fl. 1.228).

Em sede de recurso especial, SUL AMERICA alega violação do art. 1.015 do Código de Processo Civil/2015 por considerar que o rol previsto no mencionado dispositivo admite interpretação extensiva, a possibilitar o conhecimento do agravo de instrumento manifestado na origem.

Defende, no ponto, que o objetivo do agravo de instrumento interposto na origem não foi discutir qualquer questão relacionada à competência do Juízo de primeiro grau, mas, sim, o interesse da Caixa Econômica Federal em atuar no feito como assistente litisconsorcial ou simples.

Contrarrazões apresentadas às e-STJ fls. 1.246/1.270).

Nas razões do agravo, a agravante impugnou especificamente os fundamentos da decisão que negou seguimento ao recurso especial (e-STJ fls. 1.281/1.288).

Na PET n.º 00677212/2019, os agravados ADEIR SILVA DE

OLIVEIRA E OUTROS requerem o sobrestamento do feito em razão da repercussão geral reconhecida no Recurso Extraordinário n.º 827.996/PR para posterior análise da "Controvérsia relativa à existência de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal para ingressar como parte ou terceira interessada nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e, conseqüentemente, a competência da Justiça Federal para o processamento e o julgamento das ações dessa natureza" (Tema n.º 1.011/STF).

É o relatório.

Passo a decidir.

A SUL AMÉRICA manejou agravo de instrumento contra decisão que determinou a conversão do rito ordinário em rito especial do Juizado Especial e reconheceu ser o Juízo absolutamente incompetente para o processamento do feito, determinando o retorno dos autos à Justiça Estadual.

O Tribunal de origem, em decisão unipessoal, não conheceu do agravo ao fundamento de que, na sistemática do atual Código de Processo Civil, o legislador optou por restringir o cabimento do agravo de instrumento àquelas decisões interlocutórias que versam sobre as hipóteses expressamente previstas no art. 1.015, sendo assim "a decisão agravada, declarando a incompetência do Juízo a quo, bem como da Justiça Federal, não está dentre as hipóteses previstas no rol taxativo do art. 1.015 do CPC, o presente recurso não deve ser conhecido" (e-STJ fl. 1.182).

Esse entendimento foi ratificado pelo órgão colegiado ao negar provimento ao agravo interno manejado pela seguradora, ora recorrente.

Inconformada, a SUL AMÉRICA manejou o presente apelo nobre ao sustento violação do art. 1.015 do CPC/2015 porquanto o agravo de instrumento interposto na origem discutia "o interesse da Caixa Econômica Federal em atuar no feito como assistente litisconsorcial ou simples", sendo certo que o rol previsto no mencionado dispositivo admite interpretação extensiva, a possibilitar o conhecimento do agravo de instrumento manifestado

na origem.

Nessa ordem de idéias, a controvérsia é processual, pois diz respeito ao cabimento de agravo de instrumento em face de decisão do juízo de origem que declinou da competência para a Justiça Comum.

Não se devolveu a esta Corte Superior a discussão sobre a existência de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal para ingressar como parte ou terceira interessada no presente feito.

Destarte, não sendo debatido, ainda, eventual interesse da CEF, não merece amparo a pretensão dos recorridos de sobrestamento do feito por conta da repercussão geral no RE n.º 827.996.

Superada essa questão preliminar, vejo que o Tribunal de origem deixou de conhecer do agravo de instrumento com base na ausência de previsão expressa dessa hipótese de cabimento no rol taxativo do art. 1.015 do CPC/2015, abaixo transcrito:

Art. 1.015. *Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:*

I - tutelas provisórias;

II - mérito do processo;

III - rejeição da alegação de convenção de arbitragem;

IV - incidente de desconconsideração da personalidade jurídica;

V - rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação;

VI - exibição ou posse de documento ou coisa;

VII - exclusão de litisconsorte;

VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio;

IX - admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;

X - concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução;

XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º;

XII - (VETADO);

XIII - outros casos expressamente referidos em lei.

Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

A controvérsia acerca do caráter taxativo da norma do art. 1.015 do

CPC/2015 foi resolvida por esta Corte Superior, pelo rito dos recursos especiais repetitivo, tendo-se aceitado uma excepcional mitigação da referida norma, nos termos da tese abaixo descrita:

Tema 988/STJ - *O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.*

Observe-se que recurso especial paradigma dessa tese, o REsp 1.704.520/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, DJe 19/12/2018, originou-se justamente de um agravo de instrumento interposto contra decisão que versava sobre competência do juízo, tal como se deu no caso dos autos, de modo que não há falar em modulação de efeitos.

Confira-se, a propósito, a ementa daquele precedente qualificado:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. NATUREZA JURÍDICA DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015. IMPUGNAÇÃO IMEDIATA DE DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO PREVISTAS NOS INCISOS DO REFERIDO DISPOSITIVO LEGAL. POSSIBILIDADE. TAXATIVIDADE MITIGADA. EXCEPCIONALIDADE DA IMPUGNAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI. REQUISITOS.

1- O propósito do presente recurso especial, processado e julgado sob o rito dos recursos repetitivos, é definir a natureza jurídica do rol do art. 1.015 do CPC/15 e verificar a possibilidade de sua interpretação extensiva, analógica ou exemplificativa, a fim de admitir a interposição de agravo de instrumento contra decisão interlocutória que verse sobre hipóteses não expressamente previstas nos incisos do referido dispositivo legal.

2- Ao restringir a recorribilidade das decisões interlocutórias proferidas na fase de conhecimento do procedimento comum e dos procedimentos especiais, exceção feita ao inventário, pretendeu o legislador salvaguardar apenas as "situações que, realmente, não podem aguardar rediscussão futura em eventual recurso de apelação".

3- A enunciação, em rol pretensamente exaustivo, das hipóteses em que o agravo de instrumento seria cabível revela-se, na esteira da majoritária doutrina e jurisprudência, insuficiente e em desconformidade com as normas

fundamentais do processo civil, na medida em que sobrevivem questões urgentes fora da lista do art. 1.015 do CPC e que tornam inviável a interpretação de que o referido rol seria absolutamente taxativo e que deveria ser lido de modo restritivo.

4- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria taxativo, mas admitiria interpretações extensivas ou analógicas, mostra-se igualmente ineficaz para a conferir ao referido dispositivo uma interpretação em sintonia com as normas fundamentais do processo civil, seja porque ainda remanescerão hipóteses em que não será possível extrair o cabimento do agravo das situações enunciadas no rol, seja porque o uso da interpretação extensiva ou da analogia pode desnaturar a essência de institutos jurídicos ontologicamente distintos.

5- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria meramente exemplificativo, por sua vez, resultaria na repristinação do regime recursal das interlocutórias que vigorava no CPC/73 e que fora conscientemente modificado pelo legislador do novo CPC, de modo que estaria o Poder Judiciário, nessa hipótese, substituindo a atividade e a vontade expressamente externada pelo Poder Legislativo.

6- Assim, nos termos do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, fixa-se a seguinte tese jurídica: O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

7- Embora não haja risco de as partes que confiaram na absoluta taxatividade serem surpreendidas pela tese jurídica firmada neste recurso especial repetitivo, pois somente haverá preclusão quando o recurso eventualmente interposto pela parte venha a ser admitido pelo Tribunal, modulam-se os efeitos da presente decisão, a fim de que a tese jurídica apenas seja aplicável às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do presente acórdão.

8- Na hipótese, dá-se provimento em parte ao recurso especial para determinar ao TJ/MT que, observados os demais pressupostos de admissibilidade, conheça e dê regular prosseguimento ao agravo de instrumento no que se refere à competência, reconhecendo-se, todavia, o acerto do acórdão recorrido em não examinar à questão do valor atribuído à causa que não se reveste, no particular, de urgência que justifique o seu reexame imediato.

9 - Recurso especial conhecido e parcialmente provido. (REsp 1.696.396/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE

ESPECIAL, julgado em 05/12/2018, DJe 19/12/2018, grifei)

Deveras, tratando-se de decisão declinatória de foro, a supressão do agravo de instrumento pode conduzir à irrecurribilidade da decisão, na hipótese em que o juízo *ad quem* aceite a competência, pois, assim, os autos não retornam ao juízo de origem para que a questão seja suscitada como preliminar de apelação perante a Justiça de origem. Essa parece ser a razão pela qual não se modulou efeitos no referido precedente qualificado.

Além disso, o efeito modulador do julgado foi concebido exclusivamente para que os litigantes que deixaram de interpor agravo de instrumento, por interpretar que a regra do art. 1.015 do Código de Processo Civil é taxativa, não sejam prejudicados com a alegação de preclusão consumativa.

Assim, a leitura do referido precedente não autoriza a interpretação de que só caberia agravo de instrumento contra a decisão interlocutória, nos casos de urgência, após a publicação do repetitivo. Confira-se, a propósito, o seguinte acórdão:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015. TAXATIVIDADE MITIGADA. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. AGRAVO PROVIDO.

1. Tema Repetitivo n. 988: "O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação."

2. Esta tese foi firmada pela eg. Corte Especial, na sessão de 05/12/2018, nos autos do REsp 1.696.396/MT e do REsp 1.704.520/MT, ambos de relatoria da em. Ministra Nancy Andrighi, cujos acórdãos foram publicados em 19/12/2018.

3. Nesse julgamento, modulando os efeitos do decisum, foi consignado que a referida tese somente se aplicaria às decisões interlocutórias proferidas após a publicação desses acórdãos. O objetivo da modulação é resguardar da alegação de "preclusão consumativa" os litigantes que - antes da publicação desses acórdãos - não interpuseram agravo de instrumento porque entendiam que o rol do art. 1.015 do CPC/2015 era taxativo, e, por tal razão, deixaram de

recorrer.

4. No caso, a decisão agravada deve ser reformada, porque, equivocadamente, entendeu que a referida modulação de efeitos leva à conclusão de que o "agravo de instrumento" somente seria cabível para as decisões interlocutórias proferidas após 19/12/2018, data da publicação dos acórdãos em que foi fixada a tese do "Tema Repetitivo n. 988".

5. A melhor interpretação ao art. 1.015 do CPC/2015, prestigiando a tese firmada no "Tema Repetitivo 988", é pela possibilidade de interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento no recurso de apelação, logo, não pode aquele julgado ser compreendido em prejuízo daquele que atuou em conformidade com a orientação emanada no Repetitivo, isso independentemente da data em que foi proferida a decisão interlocutória na fase de conhecimento.

6. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, em novo exame, dar provimento ao recurso especial, a fim de determinar o retorno dos autos ao eg. Tribunal a quo com o objetivo de que promova a análise do cabimento do agravo de instrumento sob o prisma do Tema Repetitivo n. 988.

(AgInt no AREsp 1472656/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe 25/09/2019).

Ademais, a jurisprudência desta Corte já vinha excepcionando a taxatividade do rol do art. 1.015 do CPC/2015 para a hipótese de decisão declinatória de competência. Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. APLICAÇÃO IMEDIATA DAS NORMAS PROCESSUAIS. TEMPUS REGIT ACTUM. RECURSO CABÍVEL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 1 DO STJ. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA COM FUNDAMENTO NO CPC/1973. DECISÃO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO PELA CORTE DE ORIGEM. DIREITO PROCESSUAL ADQUIRIDO. RECURSO CABÍVEL. NORMA PROCESSUAL DE REGÊNCIA. MARCO DE DEFINIÇÃO. PUBLICAÇÃO DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA OU EXTENSIVA DO INCISO III DO ART. 1.015 DO CPC/2015.

1. É pacífico nesta Corte Superior o entendimento de que as normas de caráter processual têm aplicação imediata aos

processos em curso, não podendo ser aplicadas retroativamente (tempus regit actum), tendo o princípio sido positivado no art. 14 do novo CPC, devendo-se respeitar, não obstante, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

2. No que toca ao recurso cabível e à forma de sua interposição, o STJ consolidou o entendimento de que, em regra, a lei regente é aquela vigente à data da publicação da decisão impugnada, ocasião em que o sucumbente tem a ciência da exata compreensão dos fundamentos do provimento jurisdicional que pretende combater. Enunciado Administrativo n. 1 do STJ.

3. No presente caso, os recorrentes opuseram exceção de incompetência com fundamento no Código revogado, tendo o incidente sido resolvido, de forma contrária à pretensão dos autores, já sob a égide do novo Código de Processo Civil, em seguida interposto agravo de instrumento não conhecido pelo Tribunal a quo.

4. A publicação da decisão interlocutória que dirimir a exceptio será o marco de definição da norma processual de regência do recurso a ser interposto, evitando-se, assim, qualquer tipo de tumulto processual.

5. Apesar de não previsto expressamente no rol do art. 1.015 do CPC/2015, a decisão interlocutória relacionada à definição de competência continua desafiando recurso de agravo de instrumento, por uma interpretação analógica ou extensiva da norma contida no inciso III do art. 1.015 do CPC/2015, já que ambas possuem a mesma ratio -, qual seja, afastar o juízo incompetente para a causa, permitindo que o juízo natural e adequado julgue a demanda.

6. Recurso Especial provido.

(REsp 1679909/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 01/02/2018, grifei).

No mesmo sentido, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ART. 1.015 DO CPC/2015. CABIMENTO. AGRAVO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. COMPETÊNCIA. IMPUGNAÇÃO IMEDIATA. INTERPRETAÇÃO MITIGADA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos n.ºs 2 e 3/STJ).

2. O Superior Tribunal de Justiça, apesar de ter modulado os efeitos do julgamento do REsp nº 1.704.520/MT quanto à aplicação do art. 1.015 do Código de Processo Civil de 2015, possui entendimento no sentido de que deve ser admitida a interposição de agravo de instrumento quando a decisão interlocutória tratar de definição de competência. *Precedentes.*

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1370350/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/08/2019, DJe 14/08/2019)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE ADMITE A INTERVENÇÃO DE TERCEIRO E DECLINA DA COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL. RECORRIBILIDADE IMEDIATA. ART. 1.015, IX, DO CPC/15. PRONUNCIAMENTO JUDICIAL DE DUPLO CONTEÚDO. CRITÉRIOS DE EXAME. INTERVENÇÃO DE TERCEIRO QUE É O ELEMENTO PREPONDERANTE DA DECISÃO JUDICIAL. ESTABELECIMENTO DE RELAÇÃO DE ANTECEDENTE-CONSEQUENTE. IMPUGNAÇÃO ADEQUADA DA PARTE, QUE SE VOLTA ESSENCIALMENTE AOS MOTIVOS PELOS QUAIS A INTERVENÇÃO É NECESSÁRIA EM RELAÇÃO A TODAS AS PARTES. DELIBERAÇÃO SOBRE O DESLOCAMENTO DA COMPETÊNCIA QUE É DECORRÊNCIA LÓGICA, EVIDENTE E AUTOMÁTICA DO EXAME DA QUESTÃO PREPONDERANTE.

1- Ação proposta em 14/08/2009. Recurso especial interposto em 21/08/2018 e atribuído à Relatora em 12/03/2019.

2- O propósito recursal é definir se a decisão interlocutória que versa, a um só tempo, sobre a intervenção de um terceiro com o consequente deslocamento da competência para justiça distinta é impugnável desde logo por agravo de instrumento fundado na regra do art. 1.015, IX, do CPC/15.

3- O pronunciamento jurisdicional que admite ou inadmite a intervenção de terceiro e que, em virtude disso, modifica ou não a competência, possui natureza complexa, pois reúne, na mesma decisão judicial, dois conteúdos que, a despeito de sua conexão, são ontologicamente distintos e suscetíveis de inserção em compartimentos estanques.

4- Em se tratando de decisão interlocutória com duplo

conteúdo - intervenção de terceiro e competência - é possível estabelecer, como critérios para a identificação do cabimento do recurso com base no art. 1.015, IX, do CPC/15: (i) o exame do elemento que prepondera na decisão; (ii) o emprego da lógica do antecedente-consequente e da ideia de questões prejudiciais e de questões prejudicadas; (iii) o exame do conteúdo das razões recursais apresentadas pela parte irresignada.

5- Aplicando-se tais critérios à hipótese em exame, verifica-se que: (i) a intervenção de terceiro exerce relação de dominância sobre a competência, porque somente se cogita a alteração de competência do órgão julgador se houver a admissão ou inadmissão do terceiro apto a provocar essa modificação; (ii) a intervenção de terceiro é o antecedente que leva, consequentemente, ao exame da competência, induzindo a um determinado resultado - se deferido o ingresso do terceiro sujeito à competência prevista no art. 109, I, da Constituição Federal, haverá alteração da competência para a Justiça Federal e, se indeferido o ingresso do terceiro sujeito à competência prevista no art. 109, I, da Constituição Federal, haverá a manutenção da competência na Justiça Estadual; (iii) a irresignação da parte recorrente está no fato de que o interesse jurídico que justificaria a intervenção da Caixa Econômica Federal existiria em relação a todas as partes e não em relação a somente algumas, tendo sido declinados os fundamentos de fato e de direito correspondentes a essa pretensão e apontado que a remessa do processo para a Justiça Federal teria como consequência uma série de prejuízos de índole processual.

6- Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 1797991/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/06/2019, DJe 21/06/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE EXAMINA COMPETÊNCIA. CABIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. VIOLAÇÃO AO ART. 1.015 DO CPC/2015 CONFIGURADA. TAXATIVIDADE MITIGADA. TEMA REPETITIVO N. 998. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Decisão atacada conheceu do agravo da parte ora agravada para dar provimento ao recurso especial, reconhecendo violação ao art. 1.015, III, do CPC/2015, determinando o retorno dos autos ao Tribunal Estadual para

que continue no exame de agravo de instrumento, julgando-o como entender de direito.

2. Tema Repetitivo n. 998: "O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação" (REsp 1.696.396/MT, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Corte Especial, DJe de 19/12/2018).

3. A jurisprudência desta Corte firmou-se pelo cabimento do agravo de instrumento contra decisão interlocutória que decide sobre competência.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1370605/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 28/03/2019, DJe 11/04/2019)

Portanto, estando o acórdão recorrido em dissonância com a jurisprudência aqui dominante, incide, no ponto, a Súmula n.º 568 do STJ, segundo a qual "o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema."

Destarte, o recuso especial merece ser provido.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "c", do Regimento Interno do STJ c/c Súmula 568/STJ, afasto o pedido de sobrestamento do feito e conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial para, superado o cabimento do agravo de instrumento, determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que prossiga no julgamento do feito, como entender de direito.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator